

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

Processo Licitatório nº: 23.775/2019

Processo de Impugnação nº: **2.517/2021**

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de Transporte Escolar, para atender às necessidades dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Nova Friburgo, residentes na zona rural e/ou localidades de difícil acesso e/ou portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção (cadeirante, e/ou com comprometimento de mobilidade comprovado).

IMPUGNANTE: **TRANSFREE - LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME - CNPJ Nº: 16.979.654/0001-49.**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela **empresa TRANSFREE - LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA - ME**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 10.024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 019/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

Comissão de Pregão I

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

A) DA OBRIGATORIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS CONTEREM A ESPECIFICAÇÃO DE CARROCERIA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Dessa forma, o Ilustre Pregoeiro deverá realizar a alteração no Edital, fazendo constar como obrigatório o tipo carroceria de transporte escolar no documento dos veículos, em conformidade com a legislação vigente, em especial ao Art. 136 do CTB e a Portaria Nº 159 de 26/07/2017 do DENATRAN.

B) DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DOS MOTORISTAS.

Por todo o exposto requer imediata correção do item relativo à SUBCONTRATAÇÃO do efetivo, em consonância com a reposta apresentada pelo órgão solicitante da prestação do serviço, em anexo. Tudo privilegiando o princípio da isonomia, evitando que a proposta seja demasiadamente onerosa em detrimento de informações contraditórias.

C) DA VISITA TÉCNICA

Dessa forma, o edital está em desconformidade com a Legislação e o que preceitua os Tribunais, haja vista que a Administração Pública deverá deixar claro que a responsabilidade das empresas em não participarem da vistoria é do próprio licitante.

Comissão de Pregão I

Portanto, como não há mais a obrigatoriedade da visita técnica, em respeito ao Art. 67, VI, da Lei 14.133/21, deve ser exigência do Edital a apresentação de declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

D) DA DIFERENÇA DA PLANILHA LOTE 2

Dessa forma, houve uma falha na somatória do Lote 2 na importância de R\$ 97.350,00 (noventa e sete mil e trezentos e cinquenta reais).

Caso não venha a ocorrer a correção deste lote pode a participante ficar inabilitada por colocar o valor acima do estimado no termo de referência.

Sendo assim, o valor total do lote 2 deve ser corrigido para a monta de R\$ 2.176.832,00 (dois milhões, cento e setenta e seis mil e oitocentos e trinta e dois reais), conforme planilha em anexo.

E) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

Informa-se que apesar de não fazerem referências numéricas ao prazo mínimo razoável a ser concedido para envio da documentação em pregão eletrônico, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu Acórdão 1280/08, determina:

Estabeleça nos editais de licitação prazos de recebimento de documentação habilitatória compatíveis com o volume de documentos a serem encaminhados.

F) DO FATO PRÍNCIPE

Sendo assim, deve constar na Minuta de Termo de Contrato – Anexo VI deste edital a previsibilidade do pagamento de custo fixo das despesas inerentes ao contrato em casos de ocorrência de Fato do Príncipe, evitando assim, que o licitante onere e subsidie todos os custos decorrentes de um Fato Príncipe alheios à vontade das partes.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Comissão de Pregão I

06. Requer a impugnante, o conhecimento da impugnação, e as seguintes alterações no instrumento convocatório.

6.1 - O recebimento tempestivo da presente impugnação, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, do referido edital;

6.2 – Outrossim, seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de suspender o certame para promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade.

IV. DA ANÁLISE

07. Cabe informar que embora toda a alegação da empresa se baseie no artigo 164 da Lei 14.133/2021, esta licitação não é regida por essa Lei, sendo regida nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/19.

7.1 – A referida

A) DA OBRIGATORIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS CONTEREM A ESPECIFICAÇÃO DE CARROCERIA DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Resposta: O termo de referência já traz a exigência que o veículo tem que atender a normas contidas no Código Nacional de Trânsito, especialmente as constantes dos artigos 136 a 139 (item 6.13); Além de exigir conforme norma indicada no Guia FNDE que o veículo deverá passar por duas inspeções especiais do Detran para Transporte escolar. Onde o veículo só será aprovado caso atenda a todos os requisitos. Portanto a documentação do veículo para

Comissão de Pregão I

ser aprovada primeiro terá que ser aprovada pelo órgão fiscalizador do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN RJ).

B) DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DOS MOTORISTAS.

Resposta: A subcontratação vedada no item 18.1 do Termo de referência, se refere a vedação de subcontratação de empresa e não tem ligação com o item 6.10 que trata da contratação dos motoristas.

Como a subcontratação não estabelece uma relação jurídica de natureza contratual entre a Administração e o subcontratado, o cumprimento das obrigações advindas do contrato administrativo permanece sob exclusiva responsabilidade do contratado, que responderá integralmente por essas obrigações perante a Administração. Isso significa que, diante de eventuais inadimplementos do subcontratado, na forma do art. 69 da Lei nº 8.666/93, "o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados", cabendo à Administração dele exigir o atendimento desse dever.

C) DA VISITA TÉCNICA

*Resposta: Cabe informar que todas as declarações deverão ser preenchidas via sistema COMPRAS conforme o item: **"10.8.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;"***

Veja-se trecho extraído do Acórdão nº906/2012 – Plenário, no qual o Tribunal expediu as seguintes determinações ao ente licitante:

"Abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente



Comissão de Pregão I
acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço,
de maneira a preservar o que preconiza o art. 3ª caput, e § 1º,
inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante
de que conhece as condições locais para a execução do objeto”.

As alegações da licitante apontam contra o Acordão acima citado visando a geração de custos para licitantes que tenham a intenção de concorrer no certame. O termo de referência é claro quanto a zonas rurais, o que se entende como difícil acesso. A obrigatoriedade de tal cláusula geraria custos elevados às empresas que desejassem participar.

D) DA DIFERENÇA DA PLANILHA LOTE 2

Resposta: A solicitação da correção da planilha é pertinente, devido ao erro no cálculo referente ao Lote 2.

E) DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL

Resposta: O prazo para o aceite da documentação que será solicitada após a homologação não foi inserido no edital, tampouco no Termo de Referência, fato que deverá ser esclarecido pela Secretaria requisitante.

F) DO FATO PRÍNCIPE

*Resposta: A contratação é realizada na forma de Serviço contratado por diária, o que não o torna de natureza continua. No item: “**28.8. A Administração Pública se reserva ao direito de, em razão da pandemia de Covid-19, suspender a execução da prestação do serviço sem acarretar a suspensão da vigência do contrato, uma vez que a interrupção da demanda por transporte escolar é imputável ao risco do negócio, sendo fato previsível, não servindo de base para o reequilíbrio econômico-financeiro.**”*

A ação estatal gera impacto especial para determinada pessoa física ou jurídica em comparação com os efeitos gerados para os demais? O fato do príncipe



Comissão de Pregão I
pressupõe que a atuação administrativa tenha distribuído encargos de forma desigual aos membros da sociedade, que estarão sujeitos a efeitos especiais, ou seja, não gerais. Se os impactos sobre determinada pessoa forem idênticos aos incidentes sobre as demais, a teoria não se aplica. (GASIOLA, Gustavo Gil. O fato do príncipe no sistema de tutela dos contratos administrativos. RDDA, v. 1, n. 1, 2014, p. 73.)

V. DA DECISÃO

8. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **TRANSFREE – LOCADORA DE VEICULOS LTDA - ME**, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 019/2021, e subsidiado pelo setor técnico responsável, no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** pela alteração do valor do lote 2 planilha orçamentária e do edital em comento, e pela alteração, no Termo de Referência, no que foi acatado acima.

Nova Friburgo, 14 de fevereiro de 2022.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.934